

AJ 23033

1122

Comissão de Justiça da Câmara aprova PDU de Vitória



Não foram necessários mais que 15 minutos para que, finalmente a Comissão de Justiça da Câmara Municipal de Vitória resolvesse aprovar o Plano Diretor Urbano (PDU) da cidade, mantendo a proibição de construção acima da cota de 50 metros, com a impugnação do artigo 10 da emenda proposta pelo relator José Maria Ramos Gagno. Conservou porém, o veto ao Conselho Municipal, composto de 17 membros e do qual as comunidades dos bairros de Vitória são a favor, pretendendo, inclusive, que seja acrescido, ainda, de um representante de cada região.

O projeto, no entanto, somente na próxima semana deverá chegar ao plenário, uma vez que um dos membros da comissão, o vereador Elcio Teixeira, pediu um prazo de 72 horas para efetuar algumas correções nas emendas, retirando, inclusive, o artigo 10, proposto por Ramos Gagno e que foi vetado na reunião de ontem. Iniciada às 16 horas por força de convocação escrita do presidente Ademir Antunes, a Comissão de Justiça não demorou muito em dar sua aprovação ao projeto. Os vereadores Claudionor Lopes Pereira, Atharé de Castro, Ademir Antunes e Elcio Teixeira votaram a favor do parecer do relator Ramos Gagno, sem maiores delongas.

E assim, em 15 minutos foi concluído um processo que começou em maio do ano passado, quando o projeto 046/81, que cria o Plano Diretor Urbano de Vitória, foi encaminhado pelo prefeito Carlito von Schilgen à Câmara Municipal para apreciação, depois de 2 anos de estudos

após a sua primeira apresentação em plenário, ocorrida em fins de 1979, mediante o protesto generalizado de construtores e outras entidades de classe da cidade.

De acordo com o vereador Elcio Teixeira, não houve muita demora na aprovação do projeto pela comissão. Ele considerou que o projeto não exigia prazos, e ainda que fora encaminhado no final da legislatura para a Câmara um pouco antes do recesso, ficando, assim, prejudicado. O que não é bem verdade, uma vez que em maio do ano passado, o projeto chegou à Comissão de Justiça — permanecendo ignorado durante 90 dias. Somente em agosto foi que os vereadores começaram a se movimentar em torno do PDU (projeto 46/81) para ontem, finalmente, aprová-lo.

Elcio Teixeira, que solicitou um prazo de 72 horas para os exames finais do projeto, disse acreditar que a partir de agora, a sua tramitação aconteça sem maiores problemas e que no máximo dentro de 25 a 30 dias deverá receber a aprovação da Câmara Municipal e ser encaminhado ao prefeito Carlito von Schilgen, para sanção. O que não deixa de ser uma estimativa otimista, considerando-se que o presidente do Legislativo, vereador Carlos Alberto Viana Feire, pretende promover um debate com as comunidades dos bairros sobre o PDU. E nesse debate um ponto irá provocar divergências.

Para o vereador o surgimento de um Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano é inviável.